por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por amnistia (Lei n.º 23/1991).

25 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Vitor Azevedo Soares*. — A Escrivã-Adjunta, *Dora Maria Almeida de São João Nunes*.

Aviso n.º 6178/2006 — AP

O Dr. Vitor Azevedo Soares, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Tondela, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 19/03.0GCTND, pendente neste Tribunal contra a arguida Lindita Berisha, natural da Albânia, nascida em 29 de Janeiro de 1977, com domicílio na Rua do Dr. Fortunato das Neves, 2, 3.º, direito, 3420 Tábua, por se encontrar acusada da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º do Código Penal, praticado em 29 de Setembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Julho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

25 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Vitor Azevedo Soares*. — A Escrivã-Adjunta, *Dora Maria Almeida de São João Nunes*.

Aviso n.º 6179/2006 — AP

O Dr. Vitor Azevedo Soares, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Tondela, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 182/98.0TATND (processo antigo n.º 51/1999), pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Rodrigues Antunes, filho de David Antunes Neto e de Ana Esmeralda Rodrigues natural de Tondela, Dardavaz (Tondela), de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Abril de 1956, profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 7799648, com domicílio em 18 Gorsei Road, Manchester, M22 9 Jn, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 11 de Abril de 1998, por despacho de 25 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

25 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Vitor Azevedo Soares*. — A Escrivã-Adjunta, *Dora Maria Almeida de São João Nunes*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Aviso n.º 6180/2006 — AP

O Dr. Nuno Pinela, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 693/02.4PATVD, pendente neste Tribunal contra o arguido David Duarte Galeano, filho de Joaquim Bernardo Galeano e de Maria do Rosário Tomás Duarte de nacionalidade portuguesa, nascido em 4 de Março de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12420212, com domicílio actualmente no EP de Sintra, 2710 Sintra, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º, n.º 1 do Código Penal, um crime de ameaça, previsto e punido no artigo 153.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 23 de Novembro de 2002, por despacho de 06 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por caducidade.

22 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Pinela*. — A Escrivã Auxiliar, *Ana Paula Alves*.

Aviso n.º 6181/2006 — AP

O Dr. Nuno Pinela, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 366/03.0TATVD, pendente neste Tribunal contra o arguido Marcelino Vaz Pires, filho de Eduardo de Abreu Pires e de Maria Olívia Alves Fagundes Vaz de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Setembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10832639, com domicílio na Largo de Sendim de Baixo, Castelo de Neiva, 4900-051 Castelo de Neiva,

por se encontrar acusado da prática de um crime de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º, do Código Penal, praticado em 15 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade dos seus bens, inclusive de quaisquer importâncias depositadas em contas bancárias de que seja titular, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

26 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Pinela*. — A Escrivã-Adjunta, *Dulce Passos*.

Aviso n.º 6182/2006 — AP

O Dr. Nuno Pinela, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 193/04.8GTTVD, pendente neste Tribunal contra o arguido Serguei Tchelnokov, filho de Anatoli Tchelnokov e de Natalia Tchelnokov, de nacionalidade ucraniana, nascido em 27 de Abril de 1969, profissão desconhecida ou sem profissão, autorização de residência X2231675p, licença de condução C5334558, com domicílio na Rua de Oliveira Morgado Bastos, 3, 4.º, esquerdo, 2050 Azambuja, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 4 de Abril de 2004, um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 4 de Abril de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. a declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

27 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *João Pinela*. — A Escrivã Auxiliar, *Ana Paula Neves*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Aviso n.º 6183/2006 — AP

O Dr. Rogério Pereira, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 555/02.5GDTVD, pendente neste Tribunal contra o arguido Álvaro José Martinho Calado, filho de José Jerónimo Calado e de Deolinda Antunes Martinho Calado de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Junho de 1946, divorciado, profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 13201, com domicílio na Rua dos Anjos, 46, cave, esquerdo, 1150-039 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de três contra-ordenações, sendo a primeira prevista e punida pelo artigo 82.º, n.º 1 e n.º 4 do Código da Estrada, a segunda prevista e punida pelos artigos 60.º, n.º 1 e 65.º alínea a) do *Diário da República*, n.º 22-A/98 de 1 de Outubro e a terceira prevista e punida pelos artigos 24.º e 26.º do mesmo diploma legal, praticado em 6 de Novembro de 2002, dois crime de desobediência, sendo o primeiro previsto e punido no artigo 348.º, n.º 1 alínea ab) do Código Penal com referência ao artigo 158.º, n.º 3 do Código da Estrada. e o segundo previsto e punido no artigo 348.º, n.º 1 alínea a) do Código Penal conjugado com o artigo 387.º, n.º 2 do Código Penal praticado em 6 de Novembro de 2002, por despacho de 26 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

29 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rogério Pereira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima Fernandes Favas*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Aviso n.º 6184/2006 — AP

A Dr.ª Elsa Parrado de Azevedo, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, faz saber que no processo comum